

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

1. Política de Privacidade

O Centro Comunitário e Paroquial de Famões, através dos órgãos representativos que constituem a instituição, regozija-se pelo seu interesse no nosso sítio eletrónico, onde poderá conhecer e acompanhar os serviços prestados, no cumprimento da nossa MISSÃO, de **“Promover ações de intervenção social, em parceria com a comunidade, tendo em vista o bem comum e a qualidade de vida dos cidadãos”** – em vista a assegurar as respostas sociais de quem nos procura.

No Centro Comunitário e Paroquial de Famões levamos o Regulamento Geral de Proteção de Dados muito a sério e respeitamos a confiança que deposita em nós no âmbito da recolha e tratamento dos seus dados pessoais.

Garantimos a segurança dos seus dados e apenas recolhemos os dados estritamente necessários à prestação de serviços. A recolha e utilização destes dados, para outros fins, carece de um consentimento prévio que pretendemos que seja sempre claro, informado e explícito.

2. Identificação do responsável pelo Tratamento dos dados pessoais

O Centro Comunitário e Paroquial de Famões, com sede na Rua Marechal Gomes da Costa, Famões, NIPC 504707825, registado no livro n.º 5 das Fundações de Solidariedade Social sob o n.º 22/99, a folhas 187, em 28/06/1999, telefone n.º 219333330, com e-mail geral@ccparoquial-famoes.org, é, na aceção do disposto no n.º 7, do Art. 4.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), o **responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais**.

Respeitamos, e levamos muito a sério, a sua privacidade e a proteção dos seus dados pessoais, durante o tratamento desses dados pessoais, bem como a segurança dos mesmos, recorrendo para o efeito, às melhores práticas em matéria de segurança de sistemas informáticos, e outros. Os dados pessoais que são obtidos durante a sua relação connosco são tratados de forma confidencial e de acordo com as disposições legais aplicáveis, designadamente, as decorrentes no RGPD, e da presente política de Privacidade.

A proteção de dados e a segurança da informação fazem parte da nossa política de privacidade.

3 – Identificação do Responsável pela Proteção de Dados (DPO/EPD)

O Encarregado pela Proteção de Dados Pessoais, singulares, vulgo DPO/EPD, nos termos dos Arts. 37.º, 38.º e 39.º do RGPD, conjugados com o disposto na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, é a APROVARELATORIO, Consultoria e Formação, Unipessoal, LDA., especialistas em RGPD, especialmente contratada para este efeito, que pode contactar através dos seguintes contactos: por via epistemolar, DPO Centro Comunitário e Paroquial de Famões, Rua do Centro Comunitário Paroquial, n.º 1, Quinta das Comendadeiras, 1685-244, Famões, ou através do endereço eletrónico - dpo.ccrpamoes@aprovarelatorio.pt.

4 - Recolha, tratamento e finalidades de dados pessoais singulares

4.1 - O que são dados pessoais

Os dados pessoais são toda a informação relacionada com uma pessoa identificada ou identificável, viva, por exemplo: nome, morada, número de telemóvel, telefone, e-mail, dados contratuais principais, contabilísticos e de pagamento, entre outros, que, de alguma forma, expressem a identidade da pessoa.

Recolhemos, tratamos e utilizamos dados pessoais apenas quando existe uma base de licitude aplicável, para tal, de que destacamos: **a Base legal aplicável**; **Relação contratual**; e **Consentimento**, sem prejuízo das demais previstas no RGPD.

4.2 - Dados Pessoais que recolhemos e tratamos, são:

Os dados pessoais passíveis de tratamento por parte do Centro Comunitário Paroquial de Famões, visando o fornecimento de respostas sociais, são:

- Nome;
- Morada;
- Telefone;
- endereço eletrónico;
- número de Cartão de Cidadão;
- número fiscal de contribuinte;
- imagem (se autorizada);
- composição do agregado familiar;

- Declaração médica atestando condições de segurança para o menor e comunidade escolar, em caso do menor ser portador de doença infetocontagiosa;
- Certidão de nascimento;
- Cartão de cidadão;
- Rendimento de agregado familiar;
- composição de agregado familiar;
- despesas com habitação e outras;
- portador de doença crónica;
- comparticipação de descendentes e outros familiares em ERPI;
- comprovativo de inscrição no centro de emprego, se desempregado;
- bem assim como comprovativo da segurança Social da sua situação económica;
- Comprovativo de prestação sociais;
- comprovativo de vacinação;
- comprovativo de escalão de abono social;
- IRS do ano anterior ao pedido;
- Nota de liquidação de IRS;
- entre outros previstos na legislação aplicável (condição de recursos).

4.3 - Finalidade do tratamento e respetiva licitude:

O Centro Comunitário Paroquial de Famões, e os seus subcontratantes, que tratem dados pessoais por conta do Centro Comunitário, tratarão os seus dados pessoais com as seguintes finalidades e com base nas seguintes bases legais de licitude:

Finalidades - Respostas Sociais:

- Creche,
- Creche Familiar,
- Pré-escolar,
- Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF),
- Componente de Apoio à Família (CAF),
- Centro de Atividade de Tempos Livres (CATL),
- Centro de Dia,
- Serviço de Apoio Domiciliar (SAD).

Finalidades – Serviços Sociais:

- RSI;
- Banco Alimentar;
- POAPMC;
- Cantina Social;
- Ajudas Técnicas.

Pressuposto de Licitude escorada em base legal:

- Decreto-Lei n.º 33/2014, de 4 de março (Regime Jurídico de Instalação, funcionamento, e fiscalização dos estabelecimentos de apoio social geridos por entidades privadas, estabelecendo o respetivo regime contraordenacional);
- Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro (Estatuto das IPSS);
- Decreto-Lei n.º 120/2015, 30 de junho (estabelece os princípios orientadores e o enquadramento a que deve obedecer a cooperação entre o Estado e as entidades do sector social solidário);
- Portaria nº 196-A/2015, de 1 de julho, na redação e republicada pela Portaria n.º 218-D/2019, de 15 de julho – Regula o regime jurídico de cooperação entre as IPSS e o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social;
- Contrato Coletivo de Trabalho para as IPSS.

Pressuposto de Licitude escorada em Relação Obrigacional:

- Circulares de Orientação Técnica da DGSS n.º 4/2014, de 16 de dezembro (regula as participações familiares pelas frequências das respostas Sociais) e n.º 5/2014, de 23 de setembro (regula os acordos de cooperação com as IPSS e tem implicação na variação da frequência de utentes), acordadas em sede de CNAAPAC;
- Protocolo de Cooperação em vigor;
- Contrato de prestação de serviços a utentes e clientes.

Pressuposto de Licitude escorada em Consentimento:

- Todas quanto careçam de autorização expressa do titular de dados pessoais, sem que se apliquem nenhuma das outras formas de licitude previstas no RGPD.

4.4 - Menores

Esta política não é válida para menores de 13 anos, caso em que serão os titulares das responsabilidades parentais, nos termos da lei, a dar o seu consentimento, em suprimento da incapacidade do menor.

4.5 – Transferência de Dados

4.5.1 - Transferência de dados para terceiros.

Os seus dados pessoais apenas serão transferidos a outros responsáveis, parceiros, ou autoridades administrativas e ou judiciais, quando:

- For necessário para cumprimento de um contrato. Nós ou a outra parte responsável tenham um interesse legítimo na transferência, caso em que tal será indicado na presente política de privacidade;
- Se o titular dos dados pessoais assim o tiver consentido;
- Se o Centro Comunitário Paroquial de Famões seja obrigado a tal, por força de disposição legal, ou ordem policial ou judicial;

No caso de parcerias, o Centro Comunitário e Paroquial de Famões refere-se a outros responsáveis, pelo tratamento, no âmbito de processos específicos, designadamente, ao:

- Município de Odivelas;
- União de Freguesias da Pontinha e Famões;
- Freguesia de Odivelas;
- Ministério da Educação e respetivas Direções-Gerais;
- Ministério do Emprego e Segurança Social e respetivas Direções-Gerais;
- Instituto da Segurança Social.

nomeadamente no âmbito da Ação Social, cuja atuação possa envolver a utilização por estas autarquias de plataformas específicas, propriedade das mesmas, a quem compita a sua gestão e segurança, e ainda :

- Agrupamento de Escolas Braamcamp Freire;
- Agrupamento de Escolas a Sudoeste de Odivelas;

e ainda,

- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Odivelas;
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Pontinha;

no âmbito da proteção civil das autarquias, em cujo território o Centro Comunitário Paroquial de Famões, tem respostas sociais.

4.5.2 – Transferências Internacionais

Não se realizarão transferências internacionais, seja a que título for.

4.5.3 Transferências para Prestadores de Serviços

Centro Comunitário e Paroquial de Famões poderá contratar a empresas externas, serviços como *marketing*, gestão de contratos, operações de recrutamento de pessoal, processamento de remunerações, gestão de pagamentos, programação e aplicações informáticas, conservação de dados e serviços de linhas telefónicas, seguros, entre outros.

Estas empresas de serviços são selecionadas cuidadosamente e supervisionadas com regularidade, e por força da aplicação do RGPD, estabelecem com o Centro Comunitário Paroquial de Famões, nos termos do RGPD, declarações contratuais de conformidade com o RGPD, prestando especial atenção ao nível da segurança e ao uso de medidas técnicas adequadas e organizativas adequadas à proteção de dados pessoais que conservem.

Exigimos a todas as empresas de serviços com as quais trabalhamos que respeitem a confidencialidade e cumpram as suas obrigações legais.

Os Prestadores de serviços ativos são:

Aprovarelatorio – Que assegura a função de DPO/EPD.

AR Telecom – Entidade responsável pela gestão de servidor de dados

Educabiz – Proprietária da plataforma informática de gestão de atividades de famílias e alunos;

F3M – Proprietária dos programas licenciados usados nas operações contabilísticas;

Generali – Companhia de Seguros, que assegura o seguro escolar, acidentes de trabalho e responsabilidade civil (se for o caso);

H. M. T. – Que assegura medicina, saúde e higiene no trabalho.

Noprodigital – Que assegura a manutenção e segurança de sistemas informáticos da instituição.

4.6 - Duração da conservação e períodos de retenção

Por norma geral, os seus dados serão guardados, pelo tempo necessário para alcançar a finalidade para a qual foram obtidos, observando:

- A necessidade imposta por cumprimento de relação contratual;
- Quando tivermos interesse legítimo em os conservar por razões históricas;
- Após as obrigações contratuais tivermos de os manter para cumprir determinadas obrigações legais (por exemplo, em virtude do Código dos Contratos Públicos e outras leis comerciais - tarifários e fiscais, titulados por documentos como faturas, contratos etc., que somos obrigados a guardar durante o período estabelecido por lei, seja ele de conservação administrativa ou perpétua global).
- No caso dos dados pessoais terem sido objeto de recolha sujeita a consentimento, o prazo de conservação, concluída a finalidade na base dessa recolha, será de **5 anos**;

- Após o período fixado para a conservação, os dados serão destruídos.

5 - Avaliação de créditos e débitos

O Centro Comunitário Paroquial de Famões tem interesse legítimo em levar a cabo as avaliações de créditos e débitos com o objetivo de se proteger de maus investimentos ou dívidas incobráveis.

6 - Segurança

Os nossos Trabalhadores e Fornecedores externos que nos prestem serviços e vendam produtos estão vinculados e obrigados ao dever de sigilo e de confidencialidade e a cumprir as disposições das leis de proteção de dados aplicáveis.

Tomamos todas as medidas técnicas e organizativas necessárias para assegurar um nível adequado de proteção dos dados que tratamos, especialmente no que diz respeito aos riscos de destruição acidental e ilícita, manipulação, perda, alteração, divulgação ou acessos não autorizados.

As nossas medidas de segurança são melhoradas constantemente, atualizadas e acompanham solidamente o desenvolvimento tecnológico do Centro Comunitário Paroquial de Famões.

7 - Direitos dos Titulares dos Dados Pessoais

Qualquer utente/cliente titular de dados pessoais, cujo tratamento esteja à responsabilidade do Centro Comunitário e Paroquial de Famões, pode exercer os Direitos que lhe estão assegurados, numa primeira instância na Constituição da República Portuguesa, sob a forma de Direitos de Personalidade, e em segunda instância no RGPD.

Para um eficaz tratamento dos Direitos que lhe assistem, o cidadão, titular dos dados pessoais, deverá fornecer os seus dados identificativos, na interação que estabelecer com o Centro Comunitário Paroquial de Famões, ou o seu DPO/EPD, designadamente, nome, morada, número de identificação pessoal, telefone pessoal, e assinatura manuscrita, podendo ser digitalizada, se como meio utilizar o e-mail, podendo à *posteriori*, ser solicitado um ato de conferência dessa legitimidade de forma pessoal. A reclamação, sugestão ou pedido de informação deverá ser apresentado, em língua portuguesa, de forma clara, e tanto quanto possível circunstanciada, as

suas razões ou motivos de reclamação, baseada em factos materiais, e se for caso disso, provas documentais, ou testemunhais, consideradas necessárias, a fim de exercer os seguintes direitos:

- **Direito de Informação e acesso:** Tem o direito de obter informação sobre o tratamento dos seus dados. Para tal, pode fazer valer o seu direito à informação relativamente à informação pessoal que sobre si tratamos.
- **Direito de esquecimento e retificação:** Tem o direito de obter a retificação, sem demora injustificada, dos dados pessoais inexatos que tratamos e tendo em conta a finalidade do tratamento, tendo também o direito a que sejam completados os dados pessoais que estejam incompletos. De igual modo, pode exigir a eliminação dos seus dados pessoais, sempre e quando existirem os requisitos legais necessários e não exista uma obrigação legal para nós, de os manter.
- **Limitação do tratamento:** Pode exigir-nos, sempre que se cumpram os requisitos legais estabelecidos, que limitemos o tratamento dos seus dados.
- **Direito de oposição ao tratamento de dados pessoais:** Tem o direito de se opor ao tratamento dos seus dados pessoais a qualquer momento. Neste caso, deixaremos de tratar os seus dados pessoais, salvo se existirem disposições legais em contrário ou caso consigamos demonstrar razões imperiosas dignas de proteção que prevaleçam sobre os seus direitos, de forma fundamentada.
- **Retirada do consentimento:** Sempre que tenha consentido o tratamento dos seus dados, poderá retirar esse consentimento a qualquer momento. A legalidade do tratamento dos seus dados até à retirada do consentimento não será afetada.
- **Portabilidade** - O utilizador tem o direito a receber os dados que tenham sido fornecidos ao Centro Comunitário e Paroquial de Famões num formato estruturado, de uso corrente, que permita a leitura pelo computador ou, se for tecnicamente viável, exigir a transferência de tais dados a um terceiro.
- **Direito de reclamação às autoridades de controlo** - Tem o direito de apresentar reclamações, perante as autoridades competentes. Para tal, pode dirigir-se à Autoridade Nacional da Proteção de Dados (Comissão Nacional de Proteção de Dados, endereço eletrónico, geral@cnpd.pt, Av. Dom Carlos I, 134 - 1.º, 1200-651 Lisboa, [Telefone: 21 392 8400](tel:213928400)).

Todas as interações havidas com o DPO/EPD do Centro Comunitário Paroquial de Famões, serão respondidas, num prazo nunca superior a 5 dias, a contar da sua receção.

8 - Aviso de alteração das medidas de proteção de dados

Reservamo-nos o direito de alterar as nossas medidas de segurança e de proteção de dados sempre que seja necessário devido ao desenvolvimento técnico.

Nestes casos, também adaptaremos, consoante o caso, as nossas políticas de proteção de dados.

Esta política de privacidade é revista ordinariamente numa base anual, e extraordinariamente, sempre que tal se mostre necessário.

Por isso, queira por favor ter em conta as atualizações da política de privacidade da nossa instituição.

A presente Política de Privacidade é um documento controlado e tem o estado de edição e revisão seguinte: **SGD-CCPF-RGPD-PP-Julho2020-Edição01-Revisão01**.

Aprovado por deliberação da Direção, tomada em 31 de agosto de 2020.